

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 8

Abril de 2022

A REDE VISTA POR DENTRO ROSTOS E ATIVIDADES





FICHA TÉCNICA

TÍTULO Boletim Em Rede
NÚMERO 8
DATA Abril de 2022
EDIÇÃO Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO Oficina

CONTACTOS

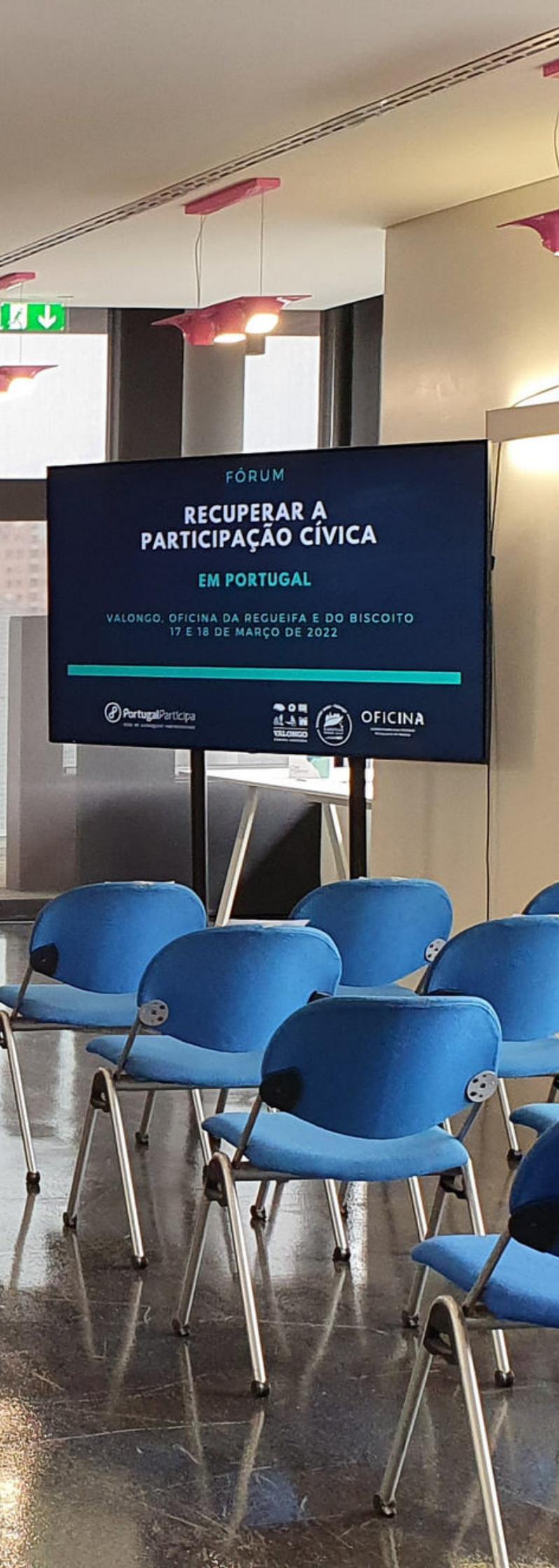
OFICINA

Universidade do Algarve, Campus de Gambelas
Gabinete G8, 8005-139 Faro, Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

www.portugalparticipa.pt
www.oficina.org.pt/rap.html



CONTEÚDOS

04 Mensagem da Presidência

05 Atividades

15 Rostos

ROSTOS EM REDE

A mobilização para a participação tem rostos tem conteúdo e obriga a uma estruturação de atividades diversas que sejam coerentes e apelativas. Na verdade, importa muito que sejam consequentes.

As autarquias, depois de um período de dois anos em que tiveram que reinventar processos e formas de fazer para manter a proximidade e a confiança, tudo fazendo para que ninguém ficasse para trás, conseguiram, também, manter viva esta rede que é, sem sombra de dúvidas, um dos principais pilares da transformação dos modelos de governo local.

Se a governação local já se caracteriza por comunicar, de forma transparente, as suas decisões a todas e todos. Se a governação local deu saltos gigantes, em termos qualitativos, nos processos de promoção da participação pública. Se a governação local tem, em si mesma, a definição de proximidade então é, a partir, dos governos locais que melhor poderemos, com os cidadãos, aprofundar a democracia como processo livre e justo de construção de políticas públicas, para o bem-estar de cada uma das nossas comunidades.

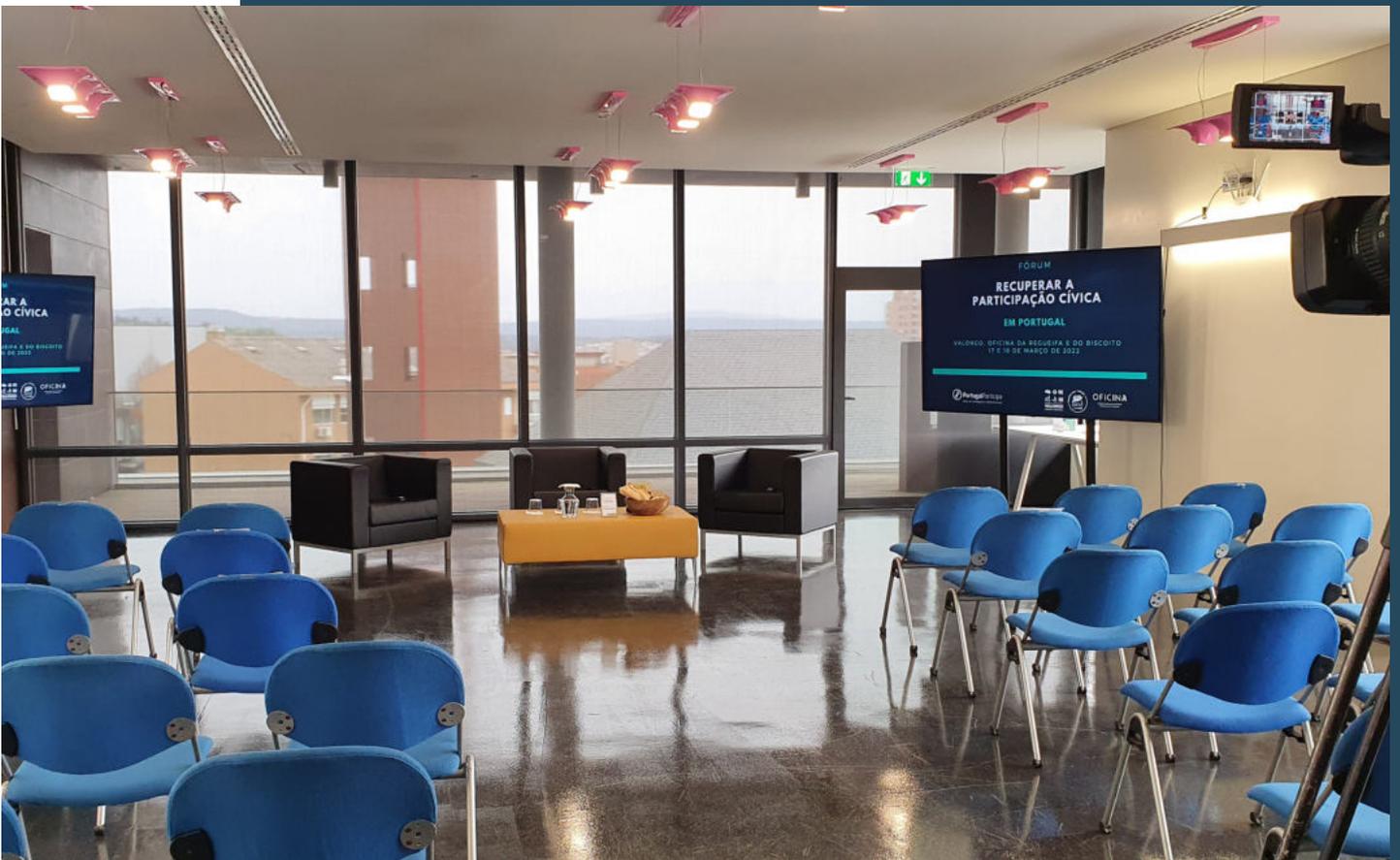
John Rawls escreveu no seu livro "Uma Teoria da Justiça" que numa sociedade/comunidade "há identidade de interesses uma vez que a cooperação torna possível uma vida que, para todos, é melhor do que aquela que cada um teria se tivesse de viver apenas pelos seus próprios esforços". É este sentido de envolvimento de toda a comunidade num processo de "co-construção" de uma comunidade mais tolerante, mais solidária e mais vibrante que precisa de rostos e esses são, desde logo, os rostos das nossas autarquias. E é neste processo que sinto a Rede das Autarquias Participativas como um dos pilares do futuro.

Hélder Guerreiro
Presidente da Câmara Municipal de Odemira
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas



2022 / 2023

Atividades



CONHEÇA E PARTICIPE

NAS PÁGINAS QUE SE SEGUEM ENCONTRARÁ UM LEQUE MUITO DIVERSIFICADO DE ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA REDE

www.oficina.org.pt/atividades-rap.html

Prémio de boas práticas de participação

ESTE VISA CONSTITUIR UM INCENTIVO À IMPLEMENTAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DESENVOLVIDAS EM PORTUGAL.



O Prémio de "Boas Práticas de Participação" é uma iniciativa de carácter anual desenvolvida pela Rede de Autarquias Participativas e destinada exclusivamente aos seus membros.

Objetivos

- Reconhecer e valorizar as práticas autárquicas de democracia participativa;
- Fomentar o desenvolvimento dessas práticas e a sua melhoria contínua;
- Incentivar as iniciativas participativas que promovam espaços de partilha de poder entre a Administração Pública e os cidadãos;
- Construir um historial de boas práticas de democracia participativa no país.

FORAM REALIZADAS ATÉ AO MOMENTO 6 EDIÇÕES DESTE PRÉMIO E GALARDOADAS 14 PRÁTICAS.

www.oficina.org.pt/premios-rap.html



Orçamentos participativos

A REDE ESTÁ A DESENVOLVER DIVERSAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS.

Tendo por base a Carta de Qualidade dos Orçamentos Participativos, elaborada em 2017, a Rede está a criar um **Sistema de Avaliação da Qualidade** destes processos.

Isso passa por definir indicadores mensuráveis, que as autarquias possam utilizar para medir o cumprimento dos 13 princípios previstos na mencionada Carta. Por outras palavras, pretende-se transformar os princípios (genéricos) em indicadores (simples e objetivos), que sirvam de base a um exercício de autodiagnóstico por parte das freguesias e dos municípios.

A Rede está empenhada em criar um **catálogo de práticas inovadoras** ou de soluções técnicas para enfrentar desafios específicos ou insuficiências metodológicas dos Orçamentos Participativos. O que se pretende com o presente trabalho é a identificação da principal inovação de cada iniciativa.

A característica multidimensional do OP é particularmente importante para uma abordagem transversal sobre os problemas e as necessidades de uma comunidade, colocando-o numa posição privilegiada para contribuir para a concretização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS). Várias administrações estão duplamente empenhadas na promoção do OP e na adoção dos ODS como matriz de definição de prioridades políticas, mas nem sempre se verifica uma articulação direta entre estas duas ferramentas de governação. Atenta a estes fenómenos, a Rede de Autarquias Participativas está a organizar um acervo de boas práticas nacionais e internacionais, que evidenciam a articulação entre o OP e os ODS.

www.oficina.org.pt/op.html

Cuidadores do território

ESTES COLABORAM COM AS AUTARQUIAS NA COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E NA COGESTÃO DO TERRITÓRIO.

Entende-se por **Cuidador do Território** a pessoa que, no exercício da sua cidadania e numa ação de colaboração com o Estado, em particular as autarquias, se assume como coprodutor de serviço público e cogestor do território, ao zelar, monitorizar e administrar bens coletivos de uma dada área ou comunidade. Esta função, pouco conhecida, tem assumido várias designações, entre as quais "**tutores**", "**zeladores**", "**guarda-rios**", "**padrinhos**" e "**madrinhas**" do espaço público.

A Rede de Autarquias Participativas considera que estas práticas de cogestão do território são exemplos muito concretos de formas de colaboração entre o poder local e a cidadania, evidenciando, de modo muito concreto, o potencial da participação cívica. A Rede entendeu, pelas razões expostas, levar a cabo um mapeamento, caracterização e análise destas práticas, tendo em vista compreender o seu alcance e constituir um manancial de iniciativas que possa servir de inspiração para as autarquias interessadas.

www.oficina.org.pt/cuidadores-territorio.html



Mini públicos



TÊM VINDO A GANHAR INTERESSE NA SOCIEDADE PORTUGUESA AS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ASSENTES EM MINIGRUPOS OU MINIPÚBLICOS, ALGUMAS DAS QUAIS BASEADAS NO MÉTODO DO SORTEIO CÍVICO. ESSAS TENDEM A ASSUMIR DIVERSAS DENOMINAÇÕES, ENTRE AS QUAIS DESTACAMOS OS PAINÉIS, OS JÚRIS E AS ASSEMBLEIAS DE CIDADÃOS.

Estas têm em comum o propósito de reunir um grupo representativo de uma comunidade para debater, elaborar e propor políticas públicas. Atenta a esta realidade, a Rede de Autarquias Participativas está a organizar um acervo de boas práticas nacionais e internacionais que possam servir de inspiração para os nossos membros. Pretendemos, numa primeira fase, mapear iniciativas e compreender se essas se inserem na lógica dos mini públicos, para, em momento posterior, produzir alguns recursos para a Rede.

www.oficina.org.pt/mini-publicos.html

A participação de grupos sub-representados



Depois da realização de uma pesquisa-colaborativa e da criação do jogo "Quem Participa?", a Rede de Autarquias Participativas está a efetuar o mapeamento e a caracterização de boas práticas de inclusão de grupos sub-representados em processos participativos, como forma de auxiliar os membros na qualificação das respetivas iniciativas. Este trabalho conta com exemplos de Portugal e de outros países.

É AMPLAMENTE RECONHECIDO QUE SEM DISPOSITIVOS CONCRETOS E INTENCIONAIS AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DAS CIDADÃS E DOS CIDADÃOS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TENDEM A ESPELHAR AS SUB-REPRESENTAÇÕES EXISTENTES NUMA DADA REALIDADE, DIMINUINDO, ASSIM, O SEU POTENCIAL INTEGRADOR E INCLUSIVO.

www.oficina.org.pt/participacao-grupos-subrepresentados.html

Sistemas de participação

Algumas autarquias têm vindo a desenvolver diferentes ferramentas de participação, ampliando os espaços de diálogo e de interação com a sociedade. Trata-se de uma aposta na **diversificação dos métodos e dos canais de envolvimento cívico**, como forma de criar mais oportunidades para o exercício da cidadania, ao mesmo tempo que visam abranger distintos perfis sociais. A multiplicação das formas de participação é um sinal evidente de um poder local que quer estar cada vez mais próximo das pessoas, democratizar a Administração Pública, as formas de gestão e a conceção das políticas.

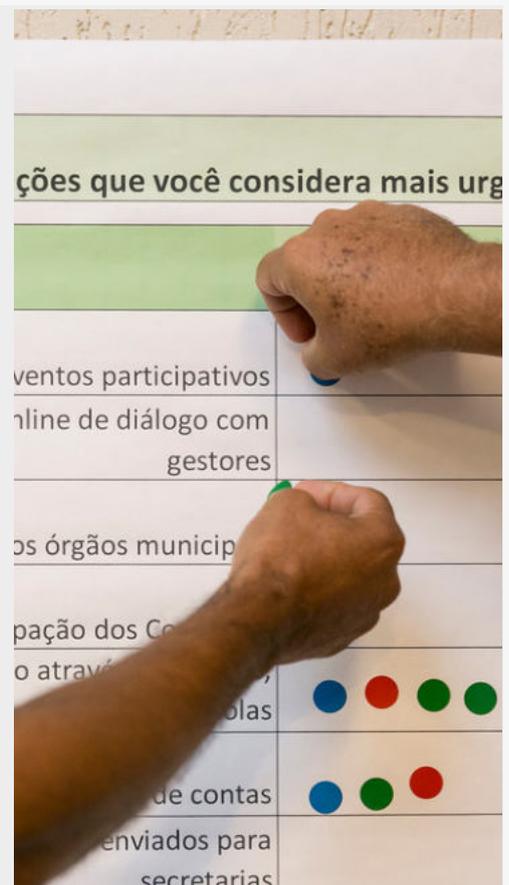
A proliferação dos mecanismos participativos, implica, no entanto, alguns desafios organizacionais, entre os quais destacamos a criação de uma identidade e uma estratégia comunicacional comuns, a necessidade de mobilizar diferentes equipas, que nem sempre assumem a mesma cultura de participação, bem como a articulação entre serviços e práticas.

A Rede de Autarquias Participativas pretende contribuir para a construção de conhecimento sobre os sistemas de participação, razão pela qual delineou uma frente de atuação que engloba o mapeamento deste tipo de iniciativas, a divulgação de boas práticas e a realização de ações de partilha de experiências.

O que é um sistema de participação?

Este é um compromisso com a transformação da cultura da Administração, com vista à incorporação da participação como método de governo e de funcionamento dos serviços. Trata-se de substituir a caráter casuístico e disperso das práticas de envolvimento cívico, por uma aposta permanente e sistémica de democratização das políticas públicas. É também uma garantia de investimento na organização e mobilização da sociedade civil para a causa pública.

www.oficina.org.pt/sistemas-participacao.html



Moedas sociais

UMA FORMA PARTICIPATIVA DE GERAR RIQUEZA EM COMUNIDADES.

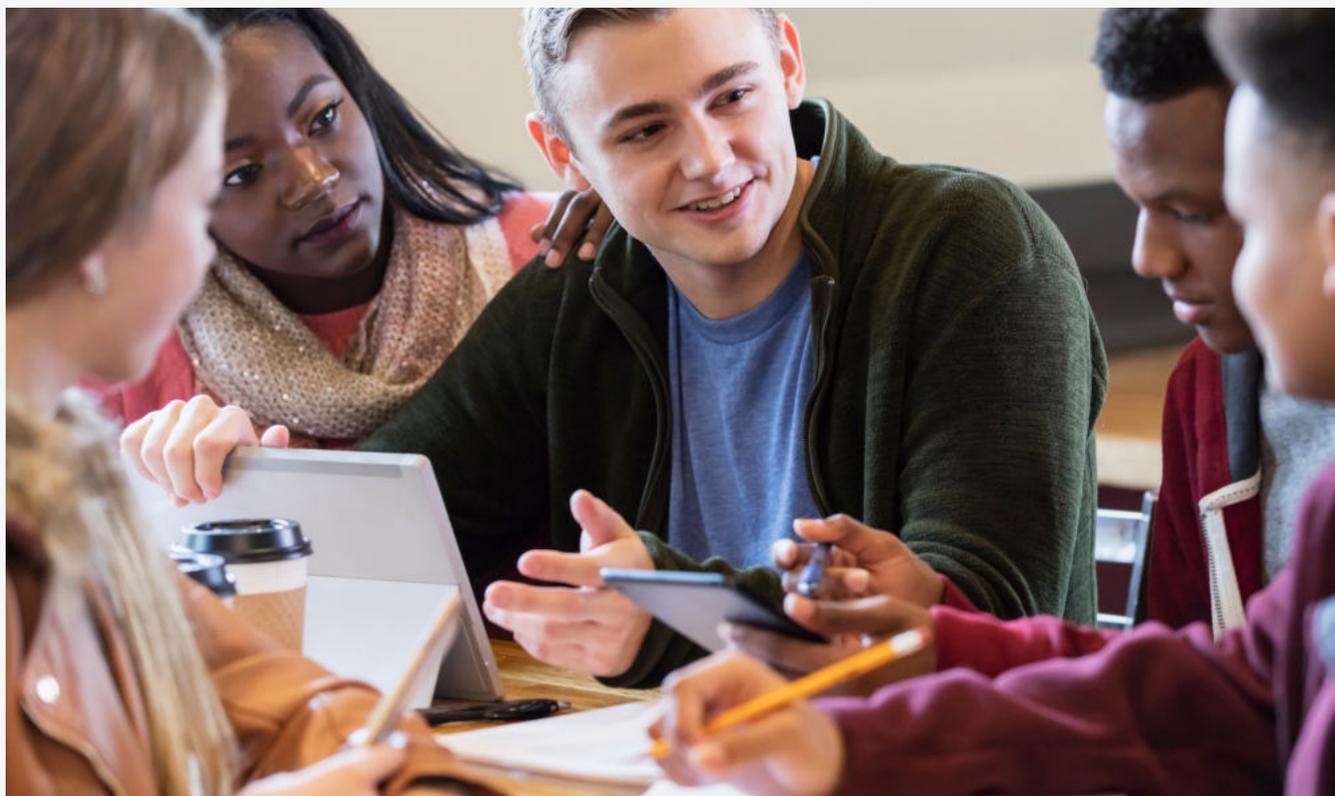
As **moedas sociais**, também designadas de **locais**, **complementares** e **alternativas**, são um fenómeno antigo e com uma significativa proliferação em todo o planeta. Essas constituem-se como um recurso que apenas tem valor dentro de uma determinada rede, município ou região. A abordagem dominante defende a criação destas moedas enquanto instrumentos de promoção do consumo de proximidade. Trata-se de dinheiro que circula no interior de uma comunidade, entre vizinhos e empresas locais, fidelizando a riqueza a um território e favorecendo relações económicas mais sustentáveis. A sua finalidade diferencia-se das moedas tradicionais, entre outros aspetos, por visar a circulação e a troca, em vez da acumulação – tendência genética do capitalismo. Na Europa, estas moedas ganharam um novo vigor e importância depois da crise financeira internacional de 2008, bem como no atual contexto de pandemia, momentos em que as comunidades mais sentem a necessidade de se auto-organizarem para enfrentar a escassez de recursos e as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

As modalidades de moeda social são inúmeras, algumas das quais promovidas por governos locais, por exemplo, para: promover o consumo “quilómetro zero”; favorecer a compra de produtos e serviços a empresas locais; apoiar a criação de circuitos curtos de produção e consumo; facilitar o acesso a serviços essenciais; incentivar a reciclagem e a compostagem, entre outras tendências atuais.

Estas moedas implicam, na sua essência, uma dinâmica de participação comunitária, baseada na identidade de um território, no sentido de pertença e na confiança mútua, razão pela qual a Rede de Autarquias Participativas pretende contribuir para a construção de conhecimento e para a produção de competências no tema em apreço, tendo, por isso, delineado uma frente de atuação que engloba o mapeamento deste tipo de iniciativas, a edição de conteúdos sobre boas práticas e a realização de ações de partilha de experiências

www.oficina.org.pt/moedas-sociais.html

Participação de crianças e jovens

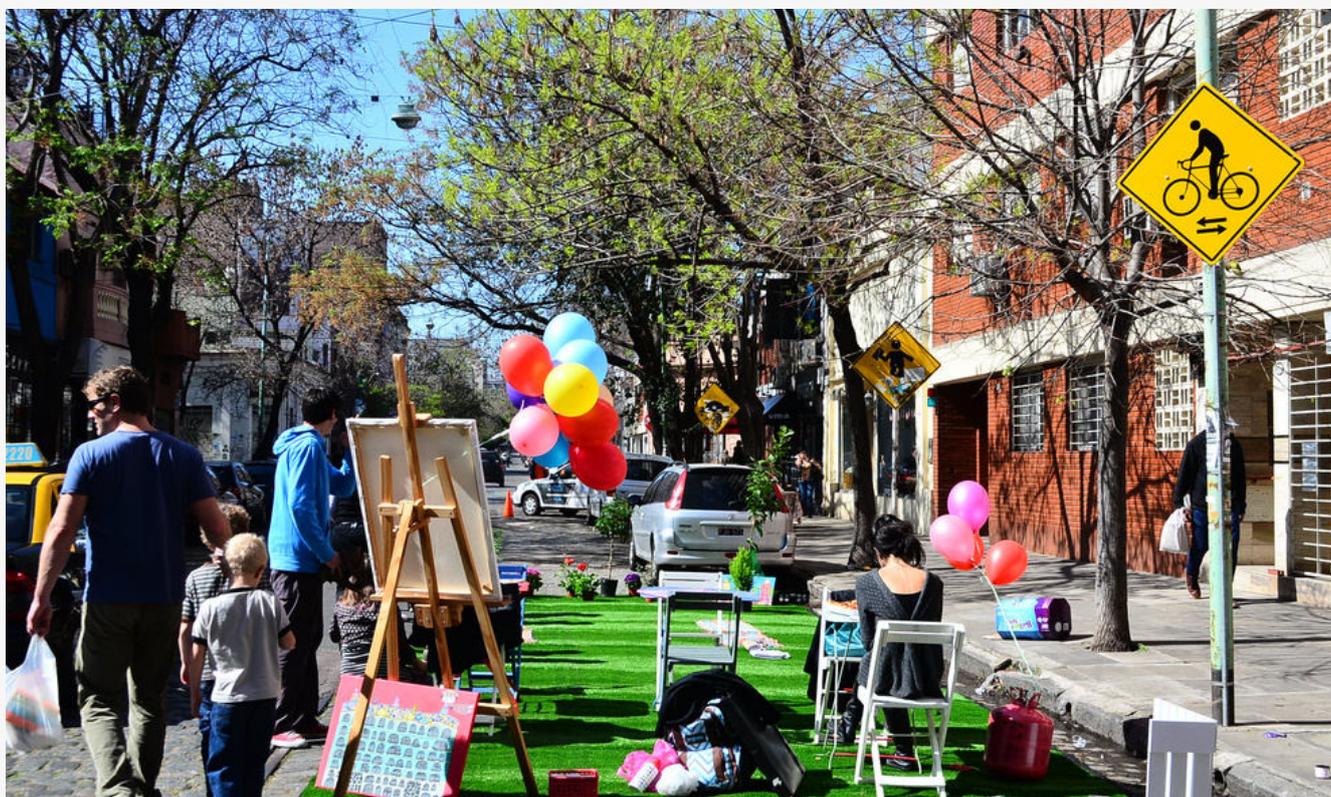


Diversas instituições e organizações internacionais têm assinalado, com particular destaque, a importância da participação da população jovem como elemento essencial para a promoção de uma **democracia pluralista**, assente em valores essenciais, como a liberdade, a igualdade, a coesão e a justiça. A **Agenda 2030** para o desenvolvimento sustentável reforça esta visão, ao reconhecer, de forma explícita, que as crianças e os jovens são agentes críticos para a mudança e para as futuras gerações, sendo essencial proporcionar oportunidades de acesso para a aquisição de conhecimento e competências com vista a uma participação em pleno na sociedade.

Em Portugal, bem como em outros países, têm emergido, ao longo das últimas décadas, diversas práticas de exercício da cidadania por parte das gerações mais novas, que à sua escala visam contribuir para **reforçar a literacia e os valores democráticos**, essenciais para enfrentar as ameaças da desinformação, da polarização e da propaganda. Atenta a estas dinâmicas, a Rede de Autarquias Participativas está a levar a cabo a organizar um acervo de boas práticas nacionais e internacionais que possam servir de inspiração para os nossos membros.

www.oficina.org.pt/participacao-criancas-jovens.html

Programas de apoio à participação comunitária



Teorias de planeamento urbano reconhecem o valor da participação da comunidade nos processos de desenvolvimento, sugerindo que a implicação das pessoas na vida coletiva tende a reforçar a confiança, o conhecimento mútuo, a compreensão das diferenças, as relações de cooperação, a adoção de medidas mais ajustadas às necessidades.

Esta conceção é tanto mais verdadeira, quanto mais localizados forem os processos participativos, ou seja, quanto mais perto estiverem do quotidiano dos cidadãos.

É neste âmbito que ganham particular relevo as **iniciativas de proximidade, que visam reforçar a convivência, a concertação e o diálogo em microterritórios, como bairros ou pequenas comunidades.**

Como forma de potenciar ações que se enquadram neste âmbito, têm vindo a surgir **programas, públicos e privados, de apoio à auto-organização de moradores e ao reforço das relações de vizinhança.**

Atenta a esta realidade, a Rede de Autarquias Participativas pretende organizar um acervo deste tipo de programas, a nível nacional e internacional, que possa servir de inspiração para os nossos membros.

www.oficina.org.pt/programas-participacao-comunitaria.html

2022 / 2023

Rostos



CONHEÇA AS PESSOAS

APRESENTAM-SE DE SEGUIDA OS NOMES E OS ROSTOS DA PRESIDÊNCIA E DA SECRETARIA TÉCNICA DA REDE

Presidência da Rede

CONHEÇA OS NOMES E OS ROSTOS



JOSÉ MANUEL RIBEIRO

PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE VALONGO.
PRESIDENTE DA
REDE



SAMEIRO ARAÚJO

VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAGA.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



ADELINA PINTO

VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE GUIMARÃES.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



ALBERTINA OLIVEIRA

VEREADORA DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE LAGOA, AÇORES.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



JOSÉ TOMÉ

VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DA LOURINHÃ.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



MARGARIDA POCINHO

VEREADORA DA
CÂMARA MUNICIPAL
DO FUNCHAL.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



LUÍS GAVINHOS

VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DO FUNDÃO.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



ANA UMBELINO

VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE DE TORRES
VEDRAS.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



ANA MARTINS

VEREADORA DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE LAGOA.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



HÉLDER GUERREIRO

PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL
DA ODEMIRA.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



HERNÂNI RIBEIRO

VEREADOR DA
CÂMARA MUNICIPAL
DA MAIA.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



HUGO SILVA

VEREADOR DA
CÂMARA MUNICIPAL
DA MEALHADA.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE



PEDRO BRÁS

PRESIDENTE DA
UNIÃO DE
FREGUESIAS DE
MASSAMÁ E MONTE
ABRÃO.
VICE-PRESIDENTE DA
REDE

Secretaria técnica da Rede

CONHEÇA OS NOMES E OS ROSTOS



NELSON DIAS
OFICINA



SIMONE JÚLIO
OFICINA



RAFAELA CARDITA
OFICINA

REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS

ADERIR

Seja membro. Participe!





Em Rede

Este Boletim é um instrumento de comunicação que será tanto mais eficaz quanto mais colaborativo for. Todos os membros da Rede de Autarquias Participativas podem, assim, fazer-nos chegar os seus contributos para os próximos números. Basta enviar mensagem para o correio eletrónico rap@oficina.org.pt





Rede de Autarquias Participativas

www.portugalparticipa.pt
fb.com/portugalparticipa

Secretaria Técnica

Oficina
rap@oficina.org.pt
www.oficina.org.pt/rap.html